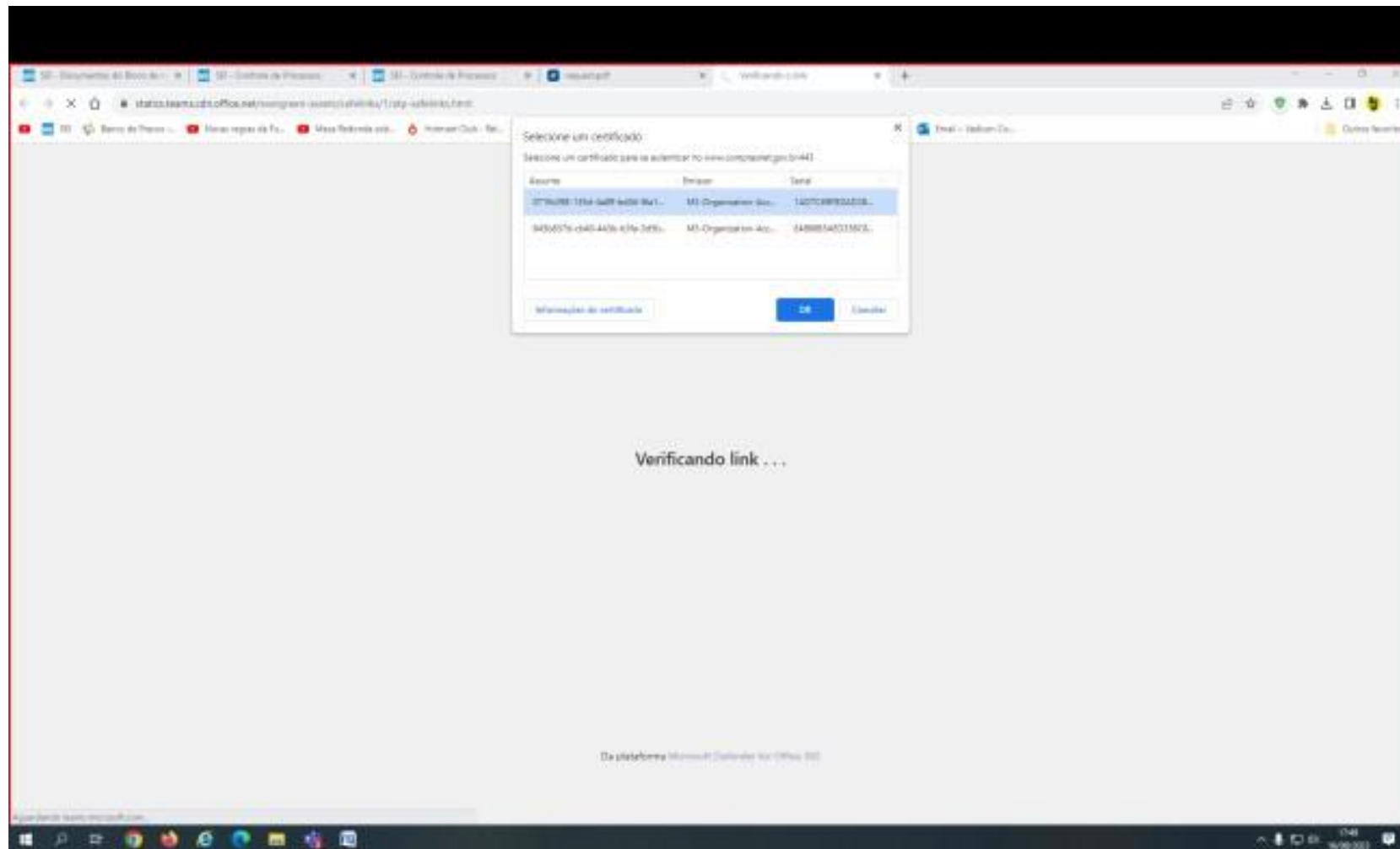
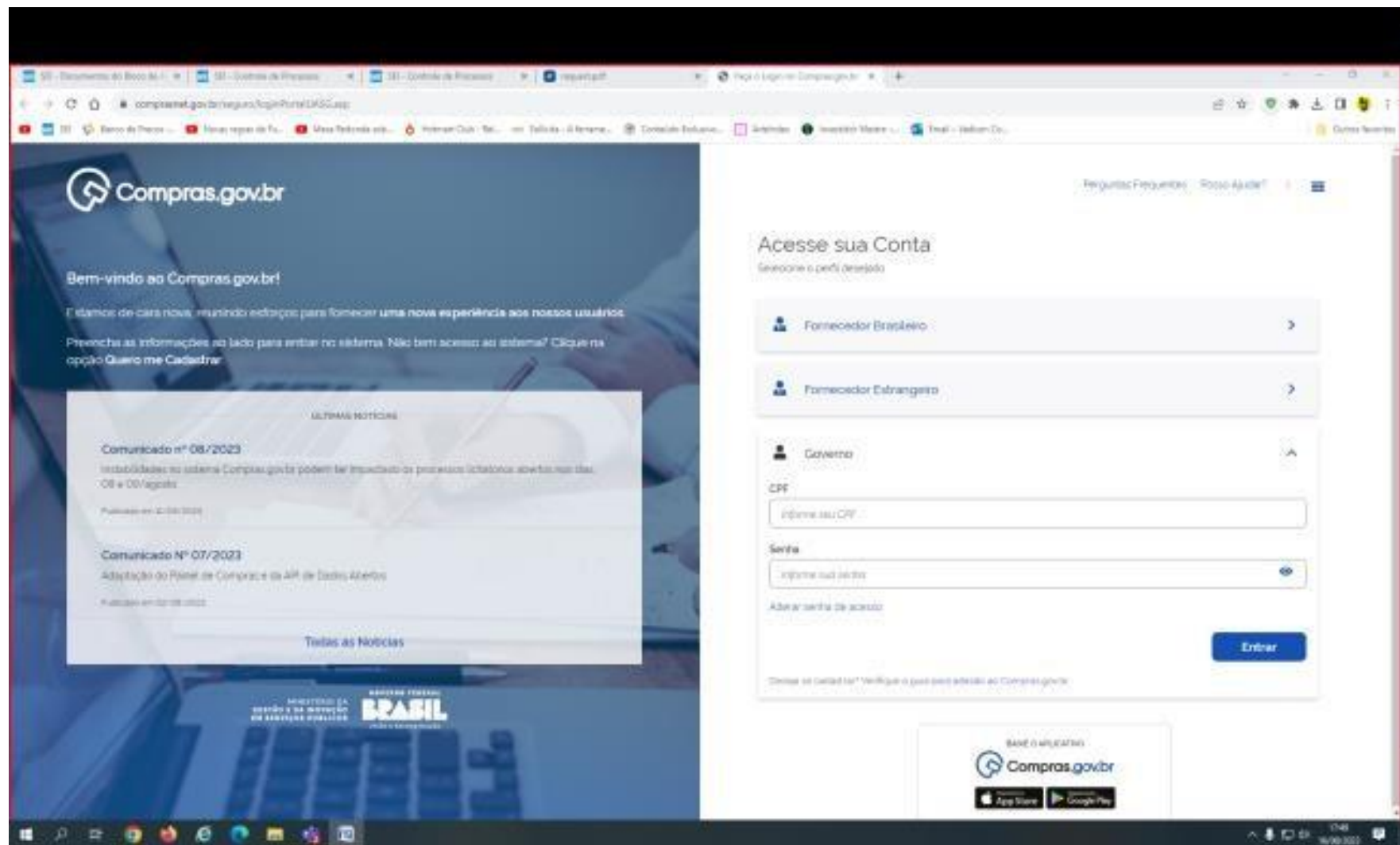
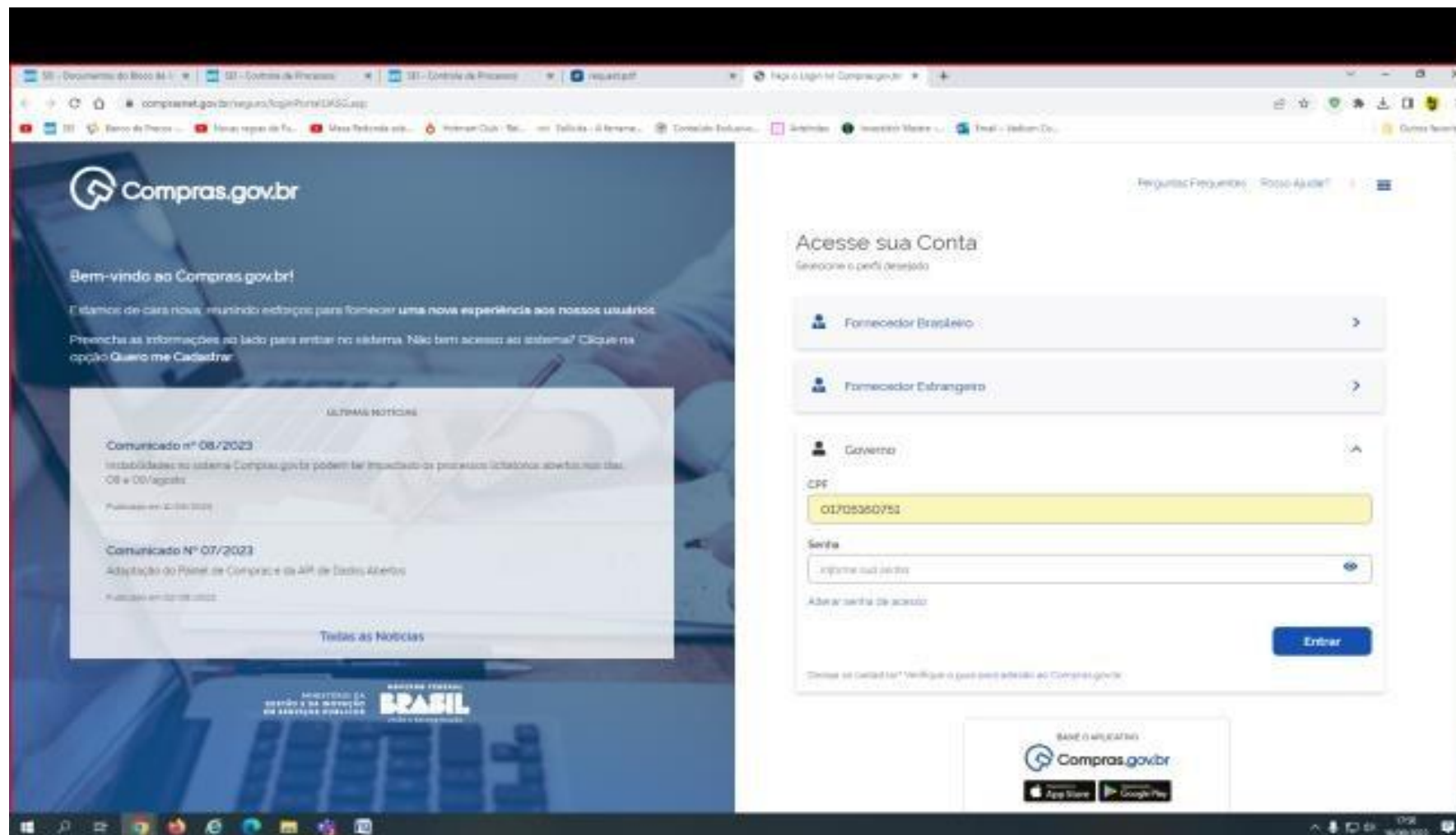


<https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalUASG.asp>

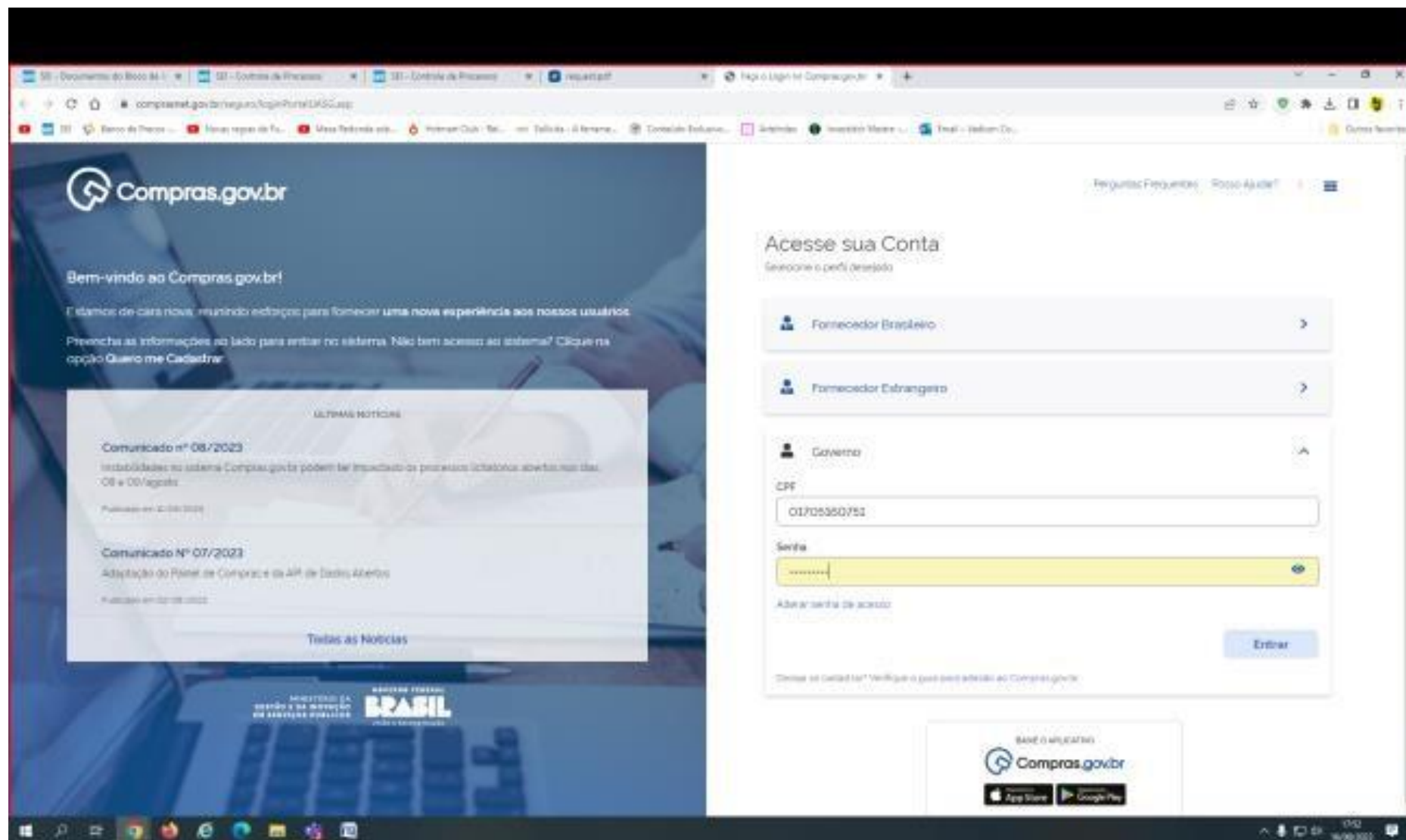
Sempre cancelar a opção







O SIASG: é para o Portal Compras.





SICAF

Compras.gov.br

área de trabalho

Esta é a sua área de trabalho do Compras.gov.br. Estamos reunindo suas tarefas executadas nos quadros abaixo. Atualmente são exibidos os itens relacionados a Cotação / Dispensa Eletrônica e Pregão Eletrônico a partir de 2019, além dos itens relativos a Gestão de Riscos e ETP Digital. Os processos anteriores a 2019 podem ser acessados nos sistemas Compras.gov.br e SAGGov.

Estamos trabalhando para em breve exibir todas as tarefas do processo de compras públicas.

Gerenciamento da Contratação (0)

Seleção do Fornecedor (5)

Compras Finalizadas (0)

WADSON COSTA DE ALMEIDA

sistemas

Atualizar sistema de Cadastro Unificado de Fornecedor

Divulgação de Cotações

Publicação de Contratos

SICAF

SICAF

Compras.gov.br

SAGGov

ETP Digital

Matrizes e Serviços


Portal de Preços

1001 14/05/2023

SEI - Documentos do Bloco de...SEI - Sistema de ProcessosSEI - Sistema de Processosinsuport...Cadastro de...Área de TrabalhoSICAF - Sistema de Cadastro...

www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/portal/index.php?access=1&id09184264673-04MTD4gkumv4371_jco60

Barro de Pão...Mora regas de Pa...Mora Redonda...Herman Club - Re...vot Salada - A Remo...Comida Italiana...AmigosInvestidor Mente...Email - William Da...Cursos Recentes

**SICAF**
Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores

DashboardCadastroInscriçõesÁrea de TrabalhoNotas do FornecedorSair

SICAF - Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores

O Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF é um dos módulos do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e constitui um instrumento básico de apoio aos processos de compras e contratações.

Este novo perfil do SICAF desenvolvido em total interoperabilidade com o Portal, possui interface intuitiva, parâmetros baseados em software livre e mecanismos de integração fundamentados em tecnologia Web, e proporciona maior transparência ao cadastramento, agilizando a participação do fornecedor.

Links para fornecedores brasileiros:

Acesso fácil:

- [SICAF 2014 - Fornecedor](#)
- [Subscrições](#)
- [Instrução Normativa nº 8, de 26 de Abril de 2016](#)
- [Cadastro Fornecedores](#)

Denúncias, Reclamações, Elogios e Sugestões:

- [SICAF - Sistema de Cadastro de Fornecedor - Denúncias, Reclamações, Elogios e Sugestões](#)





Doctas, Orientações e Solicitações:

- [Central de Atendimento ao usuário: 0800-978 9001 ou Portal de Serviços do Ministério do Planejamento](#)
- [Para mais informações, acesse o Portal de Contas Governamentais](#)

Compras.gov.br Mobile

[Aplicativo Compras.gov.br Mobile](#) [app](#)

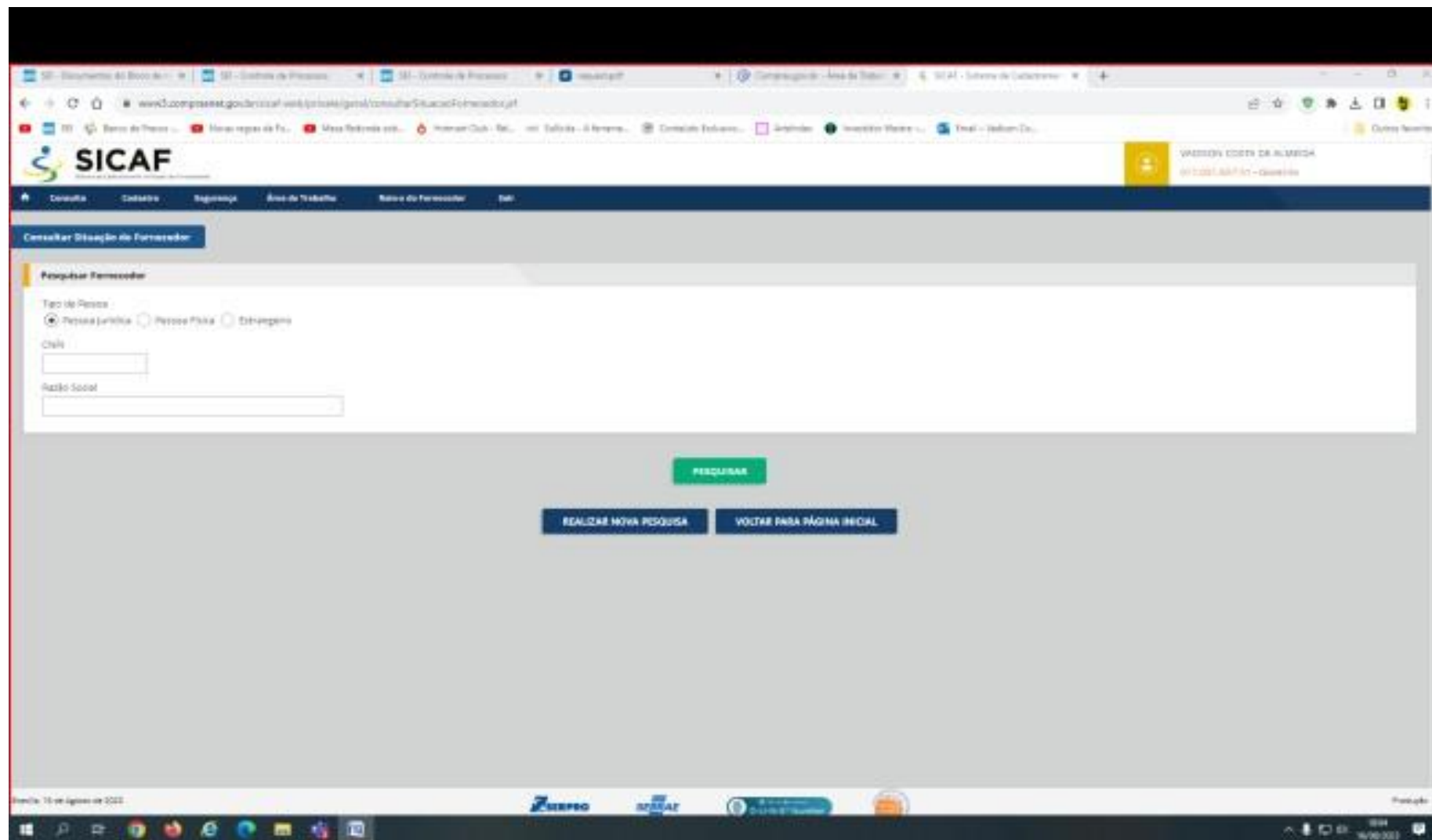
Última Atualização: 10 de Agosto de 2022



Proteção

Windows taskbar with icons for File Explorer, Edge, Firefox, and others.

System tray showing date and time: 16/08/2022 14:50:33.



Jogar o CNPJ e não jogar a razão social.

SICAF - Sistema de Cadastro de Fornecedores

Consultar Situação de Fornecedor

Pesquisar Fornecedor

Tipo de Pessoa
☒ Pessoa Jurídica ☐ Pessoa Física ☐ Estrangeiro

CNPJ
33.688.783/0001-05

Razão Social

PESQUISAR

Resultado

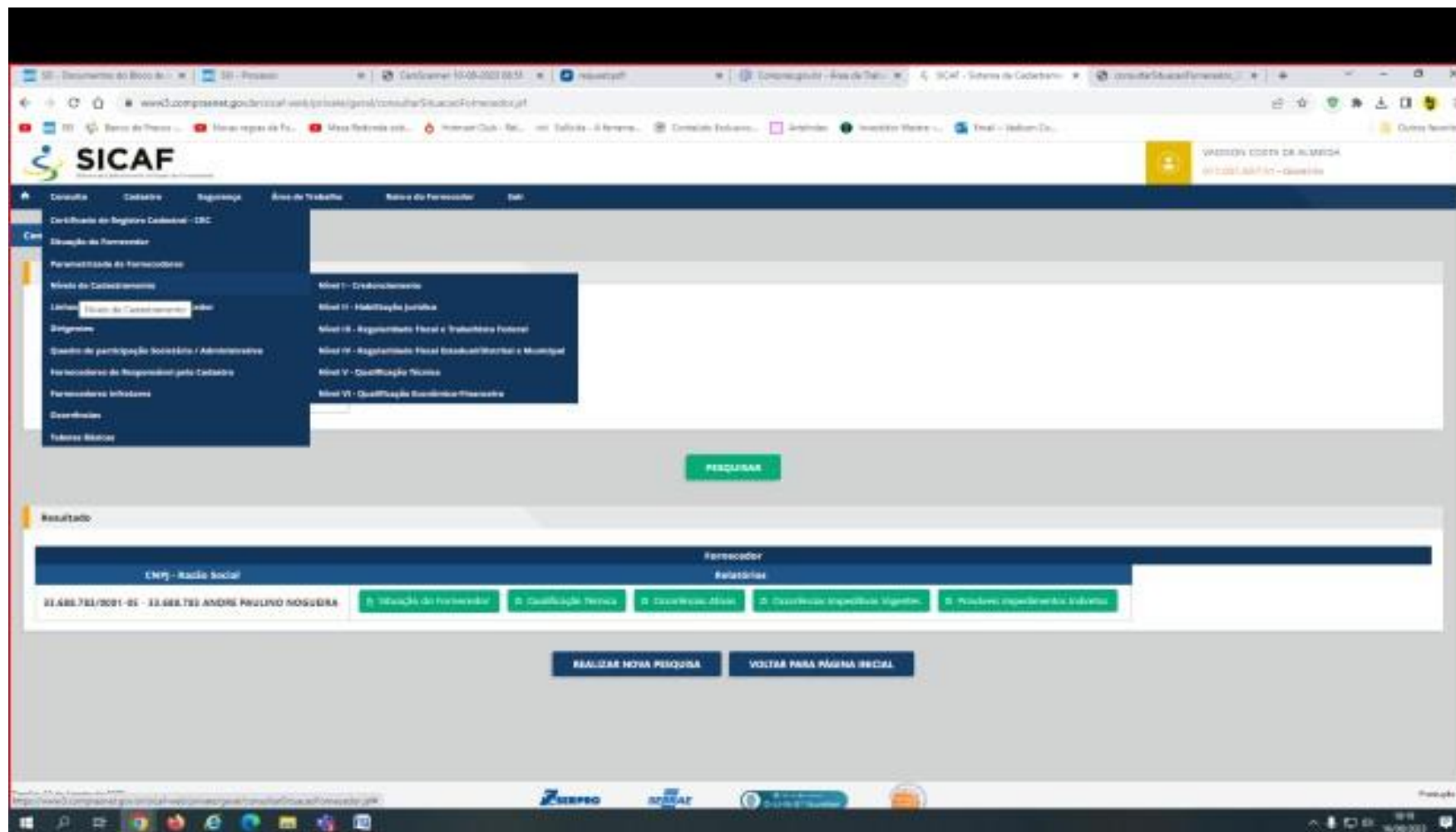
Fornecedor	
CNPJ - Razão Social	Relatórios
33.688.783/0001-05 - 33.688.783 ANDRÉ PAULINO NOGUEIRA	Situação do Fornecedor Qualificação Técnica Ocorrências Ativas Ocorrências Inapetíveis Vigentes Produtos Inapetíveis Indetidos

REALIZAR NOVA PESQUISA VOLTAR PARA PÁGINA INICIAL

Brasília, 16 de Agosto de 2023

Produção

Situação do Fornecedor - Vai gerar o Relatório. Situação Estadual e Municipal não se cobra.
Checar a Habilitação Jurídica.



Consulta – Níveis de Credenciamento – Habilitação Jurídica

Às vezes a inabilitação não significa que a empresa está irregular, mas que não cadastrou o suficiente.

www3.comprasnet.gov.br/cnfat/consultas/consultarNovo3.jsf

No exame da documentação relativa à habilitação jurídica devem ser observadas as normas que regem a legitimidade a atividade de pessoas físicas e jurídicas. A documentação exigida, conforme o artigo 26 da Lei nº 8.886, de 1993, consiste em:

- I - cópia de identidade;
- II - registro comercial, no caso de empresa individual;
- III - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- IV - inscrição no ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de inscrição em CNPJ;
- V - direito de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- VI - o estatuto social das sociedades por ações deve estar acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores, conforme a Lei nº 3.454, de 1970. Para ser considerado em vigor, deve observar as exigências previstas em lei, dentre as quais:
 - I - registro na junta comercial;
 - II - publicação na imprensa oficial da União, ou do Estado, ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia;
 - III - publicação em jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da companhia.

A empresa, no entanto, estando sob o regime de Microempreendedor Individual - MEI deverá inserir o seu documento SINCI - Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos Adiantados pelo Simples Nacional.

Obr. 1. As informações relativas ao quadro societário são obtidas por interoperabilidade com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Obr. 2. Em atendimento à exigência do inciso I, do art. 26 da Lei nº 8.886, de 1993, terá acesso para fins de habilitação jurídica o documento de identificação, que seja considerado válido em todo território nacional, na forma da legislação em vigor, relativo aos: (a) cidadão (a), (b) estrangeiro (a), e (c) jurídica (a).

Obr. 3. O sistema sobre a necessidade de complementação na habilitação jurídica das informações sobre obrigações tributárias acessíveis obrigatório, tendo em vista a determinação do Tribunal de Contas da União, para qual os órgãos e entidades da Administração Pública devem verificar a existência de débitos comuns, anotações tributárias e/ou índices de garantimentos. (Atribuição 212K/2009 - 4ª Câmara e Atribuição 002/2013 - Paraná).

Documentos

Parâmetros de busca

EMPRESÁRIO INDIVIDUAL

Registro Comercial

Arquivos Complementares

DOWNLOAD

Responsável Legal

CNPJ: 441804840 Nome: **ANDRÉ PAULO NOGUEIRA**

Sócios / Administradores

Nenhum sócio/administrador cadastrado

(4) Campos de preenchimento obrigatório.

VALIDAR

Imprimir a Folha da página em PDF - A principal finalidade é saber quem é o sócio majoritário. Sair do Sicaf.

